

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS I

EMENTA DA DISCIPLINA

As relações contratuais que têm a administração pública de um lado e particulares de outro se sofisticaram muito nos últimos anos. Há tempos o contrato típico da lei geral de licitações e contratações deixou de ser representativo das relações negociais público-privadas e público-públicas. Cite-se, por exemplo, os contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura, os contratos celebrados por empresas estatais, os contratos de programa e os contratos de impacto social. Definitivamente, o universo dos contratos públicos vai muito além da sua clássica distinção com os contratos privados; envolve, na verdade, a compreensão dos reais limites negociais por parte do poder público diante da tendência da incorporação de técnicas e soluções contratuais tipicamente privadas. Por um lado, há um conjunto significativo de normas sobre contratação envolvendo entes estatais; por outro, os negociadores públicos e privados buscam soluções estratégicas que vão além do que está expressamente autorizado em lei. A par da intensa atividade profissional em torno das contratações públicas, há grande produção acadêmica sobre o assunto, razão pela qual há um debate acadêmico em curso com potencial impacto sobre a atividade profissional. O curso *Contratações Públicas* visa a inserir o aluno nessa ordem de debates enquanto apresenta panorama operacional com enfoque nos contratos administrativos. Para tanto, o curso é dividido em duas disciplinas com abordagens próprias. Em *Contratações Públicas I*, o aluno será apresentado a temas gerais a partir do estudo de casos significativos à prática profissional e aos estudos acadêmicos. Pretende-se que, ao final desta primeira disciplina, o aluno esteja familiarizado com o panorama das contratações públicas no Brasil e tenha adquirido o instrumental necessário para atuação profissional, com sofisticação. Na disciplina *Contratações Públicas II*, o aluno será então instigado a aplicar os instrumentos jurídicos de modo a solucionar questões jurídicas complexas e conferir maior eficiência às contratações públicas, aliando teoria e prática na modelagem jurídica de contratos públicos.

Objetivo geral:

- Abordar questões conceituais de direito contratual público no contexto de casos concretos.
- Reunir conhecimentos práticos para entender como os contratos são elaborados e a sua dinâmica.
- Discutir problemas concretos para identificar questões sensíveis, possíveis vulnerabilidades e propostas de aprimoramento.
- Identificar temas relevantes para futuras pesquisas acadêmicas aplicadas.

1	03.03.2017	Contratos administrativos x contratos privados
Sinopse da aula	Uma dicotomia real? Há um regime único de contratação administrativa?	
Leitura obrigatória	<p>[Banco Postal: contrato anexo ao Edital de Seleção Pública 01/2016, publicado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT]</p> <p>Lei 13.303/16 (Estatuto Jurídico das Empresas Estatais)</p> <p>Fernando Dias Menezes de Almeida. Contratos Administrativos nos Dias Atuais in Revista Interesse Público, vol. 90. Belo Horizonte: Fórum, mar./abr. 2015, pp. 37-62.</p>	
2	17.03.2017	Prazo nos contratos
Sinopse da aula	Quais os limites para a alteração? Eles são diferentes a depender do objeto contratado? A preservação do equilíbrio econômico-financeiro é um condicionante de alterações contratuais? Há outras circunstâncias em que ele também é um condicionante? Quais mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro têm sido usados em contratos de concessão? E nos contratos tradicionais da lei 8.666/93?	
Leitura obrigatória	<p>[concessão da Ponte Rio-Niterói – ano 2015]</p> <p>Carlos Ari Sundfeld, “Empreitada Integral e Alteração do Projeto Básico”. Pareceres, vol. II, São Paulo, Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2013, pp. 587-598.</p> <p>Carlos Ari Sundfeld, “Condições jurídicas para ampliação do contrato de concessão rodoviária”. Pareceres, vol. II, São Paulo, Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2013, pp. 129-143.</p>	
3	31.03.2017	Alteração dos contratos administrativos
Sinopse da aula	É possível contrato sem prazo determinado? Há limites para a prorrogação dos contratos? Há diferença entre prorrogação e extensão de prazo? É constitucional a proposta trazida pela MP 752/2016? Quais seriam outras propostas para enfrentar o problema de que trata a MP?	
Leitura obrigatória	<p>Medida provisória 752/2016 e lei 13.334/16 (Lei do Programa Brasileiro de Parcerias e Investimentos).</p> <p>Carlos Ari Sundfeld. “Acréscimo de prestações no contrato administrativo e a questão do prazo de execução”. Pareceres, vol. II, São Paulo: Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2013, pp. 625-632</p>	
4	07.04.2017	Inadimplemento contratual por parte do poder contratante
Sinopse da aula	Como minimizar o risco? Que garantias o poder público pode dar?	
Leitura obrigatória	<p>[Metrô Linha 6]</p> <p>Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara e Vera Monteiro, Diretos do contratado diante da inadimplência do Poder Público contratante, em Revista dos Advogados nº 131, “Direito das empresas em crise”, outubro 2016, p. 31-41.</p>	

	Carlos Ari Sundfeld. “Reequilíbrio da concessão e sua base de cálculo”, Pareceres, vol. II, São Paulo, Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2013, p. 53-63.
--	---

5	05.05.2017	Extinção dos contratos
Sinopse da aula	Recentemente vimos casos de concessionárias de serviço público que deixam de apresentar condições econômicas de prosseguir oferecendo o serviço. Quais as questões jurídicas envolvidas em eventual rescisão? Há alternativas à rescisão? Quais?	
Leitura obrigatória	[contrato de concessão do Aeroporto do Galeão] Carlos Ari Sundfeld. “Indenização de investimentos não amortizados ao fim da concessão”. Pareceres, vol. II, São Paulo: Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2013, pp. 305-316.	

6	19.05.2017	Contratos administrativos e legislação sancionatória administrativa que protege a administração pública
Sinopse da aula	Sanções administrativas, civis e ressarcimento de danos: Quais as consequências para a empresa sancionada que tem contratos com a administração pública?	
Leitura obrigatória	[TAC Embraer x MPF e CVM] Normas: Lei de Improbidade (lei 8.429/92), a Lei Anticorrupção (lei 12.846/13), a Lei Geral de Contratações Públicas (lei 8.666/93), a Lei Orgânica do TCU (lei 8.443/1992) e a Lei do CADE (lei 12.529/11). Maíra Rocha Machado, Face Jurídica da Multiplicidade Institucional [no prelo]	

7	02.06.2017	Limites de interferência dos órgãos de controle nos contratos
Sinopse da aula	Controle de contrato pelo TCU: Quais as competências do TCU?	
Leitura obrigatória	[acórdão TCU caso Petrobras] André Janjácomo Rosilho, Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da USP em 2016. Capítulo 2 – Possibilidades e Limites do Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União.	

8	23.06.2017	Apresentação dos artigos
Sinopse da aula	Cada aluno disporá de 10 minutos para apresentar o seu artigo. É obrigatório o uso de PPT (que não poderá ter mais do que 3 lâminas) e a confecção de um sumário executivo com número de cópias suficiente para distribuir às professoras e aos colegas em sala de aula	

- A avaliação compreende participação (50%) e entrega de artigo ao final da disciplina (50%)
- A nota de participação será aferida mediante análise do desempenho individual do aluno nas discussões e entrega semanal dos *memorandos para debate*.
- O artigo deve responder a uma das questões conceituais que constam do programa para organizar a discussão coletiva em sala de aula. A aposta é que o tema e o roteiro do artigo surjam a partir de um dos *memorandos para debate* elaborados ao longo do semestre.
 - Sua entrega deverá ser feita no dia 30 de junho de 2017.
 - Sua estrutura deve ser a seguinte:
 - Formular uma questão concreta (qual a dúvida jurídica? Em que contexto fático se insere?)
 - Justificar relevância aplicativa (a quem interessa o assunto? Qual a utilidade prática?)
 - Propor solução jurídica fundamentada (qual o entendimento jurídico proposto? Qual a fundamentação e suas limitações?)
 - Recomendações de conduta (como agir e com que cautelas?)
 - Número máximo de páginas: 10 (dez)

DINÂMICA DE AULAS

- Os temas serão discutidos em sala com base na leitura do material de aula e nos problemas trazidos pelos alunos. Os alunos deverão ler um contrato por aula previamente indicado na sua íntegra, além de revelar a realização de pesquisas sobre o direito positivo brasileiro (legislação, jurisprudência, casos concretos, artigos inovadores e pesquisas).
- Antes de cada aula o aluno deverá preparar um memorando para o debate de no máximo uma página, em que apresente questões sobre o tópico em discussão e pautar os aspectos que a seu ver, por serem relevantes, devam ser discutidos. O memorando deve ser entregue para o e-mail juliana.palma@fgv.br até o meio-dia da quinta-feira anterior ao respectivo debate.
- A dinâmica dos debates será pautada pela discussão de aspectos levantados pelos alunos e pelas professoras e deverá envolver a participação ativa dos alunos (que devem se preparar previamente, e em profundidade, para debater em classe).
- Para fins de avaliação, a participação do aluno precisa demonstrar a leitura do material indicado como obrigatório, pesquisa sobre o assunto, além da entrega, aula a aula, do memorando para o debate. Recomendamos que esta pesquisa contemple consulta a decisões judiciais (em especial dos tribunais superiores e do STF), decisões dos Tribunais de Contas (especialmente do TCU), casos concretos (exemplos com base em contratos reais), novos artigos doutrinários que dialoguem com o tema, análise crítica da legislação, bem como pesquisas empíricas que confirmem subsídios para melhor posicionamento sobre o tema.

Juliana Palma

Mestre e Doutora pela Faculdade de Direito da USP. Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School e bolsista da Lilian Goldman Perpetual Scholarship. Bacharel em Direito pela PUC-SP. Foi visiting scholar na Washington College of Law - American University. Professora da FGV Direito SP - GVLaw na área de regulação e metodologia de pesquisa. Pesquisadora do Grupo de Estudos das Relações entre Estado e Empresa Privada (GRP) na FGV Direito SP. Professora da Faculdade de Direito da USJT, lecionando Direito Administrativo. Colaboradora da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) junto à Escola de Formação, da qual foi aluna. Desenvolve pesquisas na área de Regulação e Direito & Burocracia.

Vera Monteiro

Doutora em Direito Administrativo pela USP e Mestre pela PUC-SP. Advogada. Professora de Direito Administrativo do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu.

LEITURA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Contrato Administrativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Parecer acerca da extinção administrativa de contrato de concessão de serviço público precedida de obra pública – requisitos materiais e processuais* in *Revista de Contratos Públicos*, vol. 7. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- CÂMARA, Jacintho Arruda. *Tarifa nas Concessões*. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. *Contratos Administrativos* in *Tratado de Direito Administrativo* (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, coord.), vol. 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, parte II.
- CORREIA, José Manuel Sérvulo. *A arbitragem dos litígios entre particulares e Administração Pública sobre situações regidas pelo Direito Administrativos* in *Revista de Contratos Públicos*, vol. 6. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
- GUIMARÃES, Fernando Vernalha. *Concessão de Serviço Público*, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17ª ed. São Paulo: RT, 2016.
- _____. *Estatuto Jurídico das Empresas Estatais*. São Paulo: RT, 2016.
- _____ e SCHWIND, Rafael Wallbach (coord.). *Parcerias Público-Privadas. Reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004*. São Paulo: RT, 2014.
- MARQUES NETO, Floriano de. *Concessões*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- MONIZ, Ana Raquel Gonçalves. *Princípios da Contratação Pública nas Novas Diretivas da União Europeia* in *Revista de Contratos Públicos*, vol. 9. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- MONTEIRO, Vera. *Concessão*. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____; SUNDFELD, Carlos Ari; e CÂMARA, Jacintho Arruda. *Direito do contrato diante da inadimplência do Poder Público contratante* in *Revista do Advogado*, vol. 131. São Paulo: Lex, 2016.

MOREIRA, Egon Bockmann. *Direito das Concessões de Serviço Público. Inteligência da Lei 8.987/95*. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA, Egon Bockmann (coord.). *Contratos Administrativo, Equilíbrio Econômico Financeiro e a Taxa Interna de Retorno. A lógica das concessões e parcerias público-privadas*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Sanção e Acordo na Administração Pública*. São Paulo: Malheiros, 2015.

PEREZ, Marcos Augusto. *O Risco no Contrato de Concessão de Serviço Público*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

RIBEIRO, Mauricio Portugal. *Concessões e PPPs. Melhores práticas em licitações e contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____ e PRADO, Lucas Navarro. *Comentários à Lei de PPP (Parceria Público-Privada)*. São Paulo: Malheiros, 2007.

SCHWIND, Rafael Wallbach. *Remuneração do Concessionário. Concessão e Parcerias Público-Privadas*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Pareceres*, vol. II. São Paulo: RT, 2014.

_____ (org.). *Contratações Públicas e seu Controle*. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____ (coord.). *Parcerias Público-Privadas*, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____ e JURKSAITIS, Guilherme Jardim (org.). *Contratos Públicos e Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____ e MOREIRA, Egon Bockmann. *PPP MAIS: um caminho para práticas avançadas nas parcerias estatais com a iniciativa privada* in *Revista de Direito Público da Economia*, vol. 53. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

_____; MONTEIRO, Vera; e SOUZA, Rodrigo Pagani de. *Os projetos de infraestrutura com participação minoritária de empresa estatal e o problema da concessão de garantias* in *Revista de Direito Público da Economia*, vol. 45. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

_____; SOUZA, Rodrigo Pagani de; e CÂMARA, Jacintho Arruda. *Desapropriação em favor de particular: proibição, limites, e possibilidades* in *A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, vol. 47. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____ e CÂMARA, Jacintho Arruda. *O aditamento de contratos administrativos e as Leis de Diretrizes Orçamentárias* in *Contratações Públicas e Seu Controle* (Carlos Ari Sundfeld, org.): São Paulo: Malheiros, 2013, pp. 232-251.

_____ e CÂMARA, Jacintho Arruda. *Controle das contratações públicas pelos Tribunais de Contas* in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 257. Rio de Janeiro: FGV, 2011.